

Justiça está à caça de servidores irregulares

Uma operação determinada pela Justiça do Trabalho ontem levou oficiais de Justiça, policiais federais e procuradores do Trabalho à Codeplan. A ação pretendia constatar a existência de servidores terceirizados trabalhando para a instituição e assustou alguns funcionários que fugiram.

Tudo foi acompanhado de perto pelo secretário de Imprensa da CUT-DF, Cícero Rola, que alegou "coincidência" o fato de presenciar a operação. Na semana passada, porém, ele esteve no Ministério Público do DF cobrando o cumprimento da decisão judicial de 2005, que proíbe a Codeplan de terceirizar funcionários para serviços de informática.

Segundo Cícero, a CUT-DF defende o concurso como única forma de ingresso no serviço público. "A terceirização gera muito prejuízo ao governo", ex-

plicou. O sindicalista também encabeça a luta contra a não extinção da Codeplan e defende a permanência dos 551 funcionários concursados do órgão.

Do órgão, oficiais de Justiça retiraram documentos cedidos pela Codeplan para comprovar o descumprimento da decisão judicial. "Acho importante saber se existem, quantos são e quem está pagando para eles", argumentou Cícero. Segundo ele, existem 485 funcionários do órgão cedidos para secretarias e para a polícia e cerca de mil terceirizados para substituí-los. "O estado paga duas vezes pelo mesmo serviço", indignou-se.

Se constatadas irregularidades nos documentos confiscados, a Codeplan pode ser multada: R\$ 30 mil por dia, para cada funcionário irregular. Até o fechamento desta edição, ninguém comentou, em nome da Codeplan, sobre a ação. (L.A.)